

ABORDAGEM ERGOLÓGICA E NECESSIDADE DE INTERFACES PLURIDISCIPLINARES¹

Em homenagem à Marlene Teixeira, de quem esperávamos ainda tanta instrução e descobertas de sua fecundidade e generosidade intelectuais.

Yves Schwartz²

yves.schwartz@univ-amu.fr

RESUMO: O texto apresenta brevemente a ergologia e indica em que ela exige confrontações pluridisciplinares para legitimar suas hipóteses. As confrontações evocadas contemplam: a) a ergonomia da atividade – como se tecem ligações entre a distinção trabalho prescrito/trabalho real e a atividade humana como renegociação permanente de normas antecedentes; b) as ciências da linguagem – como se tecem ligações entre as renormalizações da atividade, que são sempre atualização e personalização das normas antecedentes e as linguísticas do ato, da enunciação, do corpo encarnado falante; c) a psicanálise – como se tecem ligações entre a noção de uso de si da ergologia e o retrabalho por Lacan da noção de sintoma, com sua expressão de “fazer com seu sintoma”; d) as neurociências – como se tecem ligações entre a noção de “espaço global de trabalho” e o processo sinérgico que torna possível as renormalizações do agir.

Palavras-chave: ergologia; confrontações pluridisciplinares, quatro exemplos.

A abordagem ergológica é um modo de aproximar a atividade. Ela tem origem em experiências de longa duração de trocas com o mundo do trabalho e é inspirada por filósofos ou escolas que se interrogam sobre a vida e o trabalho. Ela pode se resumir assim:

Em um mundo saturado de normas antecedentes em todo agir, como o é o mundo humano, a abordagem ergológica concebe *a atividade como uma trama de renegociações permanentes dessas normas*. Renegociações que visam, para todo indivíduo e coletividade, uma

¹ Tradução do francês de Maria da Glória Corrêa di Fanti (gloria.difanti@puers.br – PUCRS), com revisão do autor. Este texto é uma versão ampliada da contribuição na mesa-redonda *Diálogo em perspectiva: trabalho, linguagem e formação*, no DUO VII (*Dialogue Under Occupation*), ocorrido na PUCRS entre os dias 28 e 30 de outubro de 2015.

² Aix-Marseille Université – França

possibilidade de viver com saúde cada encontro com o momento presente, momento sempre misto de sedimentações históricas e de circunstâncias inéditas.

A abordagem ergológica é então uma antropologia, uma concepção do humano como ser de atividade: o que quer dizer, um ser em permanente debate de normas (renegociações) com seu meio de vida, para tentar

- *atualizar* essas normas, sempre editadas em uma relativa intemporalidade,

- e as *personalizar*, pois elas se estabilizaram fora de toda consideração de sua singularidade como ser vivo.³

Nós chamamos essa tentativa de atualização/personalização uma *renormalização*.

Negociações com o meio: as normas antecedentes, como normas próprias a um meio *humano*, convocam todo um mundo histórico e social. É difícil de separar, de isolar as áreas de pertinência dessas normas: elas vão das mais distantes, das mais englobantes, como as normas jurídicas, o direito internacional, às mais próximas do agir presente, como, por exemplo, as normas *prescritas* (como dizem os ergonomistas) em meio de trabalho. Elas nos remetem a *superfícies* temporais (espaços) heterogêneas e variadas, não sobrepostas, como o tempo distante dos princípios constitucionais ou regras de civilidade, como o curto termo dos manuais de utilização de aparelhos técnicos, de referências de tarefas e de competência, ou de organogramas.

Além disso, as normas antecedentes nos remetem a um ser humano enigmático, em que esses debates de normas devem, se possível, se hierarquizar, se coordenar, entre todos os níveis em que nosso agir está implicado, todos os níveis heterogêneos, todos necessários, mas cuja unidade deve ser tecida: muscular, nervoso, cerebral (inconsciente e consciente), linguageiro, ético...

Esse ser, lugar, base dessa enigmática sinergia, nós o chamamos *corpo-si*, e a atividade humana, negociação permanente dessas normas, uma sucessão, ou melhor, um encaixamento de dramáticas de uso de um *corpo-si*.

Comprendemos nessas condições como essa definição da atividade, sucessão de debates de normas, cuja base é um *corpo-si*, é um permanente apelo a todas as competências científicas que se manifestam no campo histórico e social, e àquelas que elaboram modelos de inteligibilidade sobre todas as dimensões implicadas pelo agir do *corpo-si*. Trata-se do chamado *apaixonado*, mas que para tanto coloca suas condições nessas incontornáveis interfaces.

³ Para recuperar uma formulação sintética de L. Durrive (2015).

Como se quer ou não, essa antropologia tem uma dimensão polêmica: esses debates de normas complexos são resultados de emaranhados de *renormalizações*. Emaranhados sempre locais, que nenhum saber antecedente pode com toda segurança antecipar, senão segundo graus de probabilidade inatribuíveis. Portanto, toda forma de saber sobre o humano é por uma parte sujeito à aprendizagem dos nós de renormalização que a vida no presente renova sem cessar, salvo para os que pretendem mecanizar nosso agir. É, pois, uma antropologia que recusa toda determinação unilateral do agir humano por determinações histórico-sociais, e então requer uma certa postura de humildade das disciplinas científicas que atuam sobre essas determinações. E que, pela mesma razão, recusa toda apropriação exclusiva do corpo-si por alguma disciplina que se recortaria aí com toda segurança um campo de estruturação autônomo.

Então, essa abordagem antropológica é voltada às pesquisas de interfaces com numerosas disciplinas, desde que elas respeitem essas exigências quase ontológicas fora das quais haveria perda da humanidade no homem.

Apresentemos alguns exemplos particularmente benéficos desses encontros, dessas experiências de interfaces.

1. A ERGONOMIA

A *ergonomia* é um caso sem dúvida privilegiado; a ergonomia da atividade foi desenvolvida no Conservatoire National des Arts et Métiers (CNAM), em Paris, em torno de Alain Wisner, bem conhecido no Brasil, e em Aix-en-Provence em torno de Jacques Duraffourg. De fato, a intuição da atividade humana como renegociação permanente de normas antecedentes, o que chamamos um pouco mais tarde debates de normas, e a descoberta por esses ergonomistas da grande generalidade do retrabalho das prescrições operatórias, incluindo o regime taylorista, foram para nós totalmente contemporâneas. E, desde então, não cessamos de nos interrogar sobre a interpretação dessas distâncias, Trabalho prescrito / Trabalho real, fora das situações iniciais de produção industrial, seguindo os trabalhos desses ergonomistas. E vice-versa, alguns desses ergonomistas – não todos – se sentiram mais concernidos pelas interrogações filosófico-antropológicas da abordagem ergológica, que podiam apoiar suas pesquisas de campo.

2. CIÊNCIAS DA LINGUAGEM

O campo das *ciências da linguagem* se impôs igualmente a nós desde o começo como uma interface a explorar imperativamente. No nosso projeto de instrução mútua entre o mundo do trabalho e os saberes universitários, estabelecido há mais de 30 anos, nossa inquietude com meu colega Daniel Faïta, linguista, consistia diretamente nos usos da linguagem: como nós, especialistas do conceito, isto é do formal, do relativamente geral, íamos poder trocar com os trabalhadores cujo uso da linguagem se organizava por meio de outras normas que não as nossas?

Se dizemos que face a normas antecedentes, as quais se dizem em uma linguagem sempre mais ou menos formalizada, a atividade humana é sempre renegociação dessas normas com experiências de vida e de trabalho realocadas no tempo e no espaço, não descritíveis por antecipação, como ajustar aí uma abordagem de linguagem que não esconda essas experiências no silêncio? Toda situação de trabalho, nos dizem os ergonômistas, é sempre em parte singular. Também face a essas normas, nós não escapamos jamais à exigência de *renormalizar*: para dizer essas renormalizações, nós necessitamos das palavras, mas as palavras desconectadas desses momentos da história nos reduzem e nos encerram. O ato, dizia Bakhtin, citado por Di Fanti (2013: 32), “acontecimento único do ser”, é como um Jano bifronte, que olha, ao mesmo tempo, em duas direções opostas: “para a unidade objetiva de um domínio da cultura e para a unicidade irrepitível da vida realmente vivida e experimentada”. Porque a vida é sempre “viver aqui e agora”, se a linguística, dizia Benveniste, para citar nossa saudosa colega Marlene Teixeira (2013: 83 e 88), não podia pensar a passagem do *signo* (semiótico, remetendo de modo geral para uma comunidade linguística às mesmas associações e às mesmas oposições) à *palavra* (“modo específico de significância engendrado pelo discurso”), nós não poderíamos *dizer* o inédito. A linguagem deve poder ao mesmo tempo *dizer* e *desdizer*.

Compreendemos em que ponto nossa antropologia ergológica se preocupou ansiosamente em encontrar interfaces com as ciências da linguagem: a linguagem se convida em toda atividade humana, a linguagem *serve para viver*, dizia ainda Benveniste, e, se seu estudo deve se limitar “a conceitos que fazem abstração do presente” (Teixeira, 2013: 82), então a atividade como momento da vida permanecerá muda. Em um universo muito marcado pelas tendências estruturalistas, pesquisas de interfaces não têm nada de evidente. Teremos entendido, por nossas referências, o papel essencial que terão representado nossas cooperações com nossos colegas brasileiros, desde 1995, e as primeiras trocas com a professora Maria Cecília de Souza-e-Silva, da PUC-SP. Sem querer apagar as diferenças entre as teses de

Bakhtin, de Benveniste e de Maingueneau, a leitura do número 9 (maio 2013) da nossa Revista *Ergologia* e do tão bonito número da Revista *Letras de Hoje* (julho 2014) demonstram, com evidência, a fecundidade mútua das interfaces que puderam ser estabelecidas entre as teorias da linguagem evocadas acima e a abordagem ergológica.

Dois ou três pontos de convergência nos parecem decisivos nessas interfaces.

Há, primeiramente, acordo profundo sobre a estrutura do ato e sobre as consequências a tirar para o olhar sobre a linguagem. Vimos, como momento da vida, por esses grandes linguistas que evocamos: o ato é irrepetível. Ver o termo russo *edinstvenniji* (“singular, único, irrepetível”), que segundo Ponzio, citado por Di Fanti, seria “o termo-chave da obra de Bakhtin” (Di Fanti, 2013: 31). Daí o retorno para um sujeito enigmático, que, diz Benveniste, conforme Teixeira, deve mobilizar “escolhas particulares, promovendo uma negociação entre o que é estabelecido e aquilo que é da ordem do inesperado”. Daí uma linguística específica, uma *linguística da enunciação* que tenta fazer da ciência um lugar onde “o saber sobre a linguagem em ‘desaderência’ se acha estreitamente ligado à situação vivida aqui e agora”. Essa linguística da enunciação de Benveniste “pode ajudar a mostrar como se materializa no discurso o jogo entre o repetível e o que não pode se repetir e que é constitutivo da atividade de trabalho” (Teixeira, 2013: 77 e 87). Da mesma forma, referindo-se à *Para uma filosofia do ato responsável*, de Bakhtin, observa Di Fanti:

Ao considerar o ato ético e, portanto, responsável, como um evento, o filósofo da linguagem contesta a sua generalização uma vez que, fundado no sujeito, o ato se institui como o acontecer, a historicidade singular, que se materializa irrepetivelmente como enunciado concreto (Di Fanti, 2013: 32).

Duas dimensões essenciais aparecem nessas citações. Primeiro as noções de enunciado e de enunciação, que, sabe-se, especificam particularmente essas correntes linguísticas.⁴ Como resumiram bem Souza-e-Silva e Motta (2013: 188): frente às linguísticas que excluem a fala do sujeito e do contexto, “as abordagens enunciativas e discursivas questionam essa exclusão colocando a linguagem como atividade languageira entre dois protagonistas, enunciator e alocutário [...] Essa atividade deixa traços no enunciado, traços que os linguistas buscam analisar”.

⁴ Não é sem razão que Marlene Teixeira trabalhou tanto a obra de Émile Benveniste. A enunciação, dizia ele em *O aparelho formal da enunciação* (1974), é “um processo de apropriação” da língua, “esse colocar em funcionamento da língua por um ato individual de utilização”. Leremos com interesse a importância da aproximação da linguagem por Benveniste em Christine Castejon, *L’oubli du langage* (no prelo). Esse artigo sintético de Benveniste é particularmente comentado por E. Balibar (2011: 191 e seguintes), a propósito principalmente dos pronomes pessoais, inspirado por uma leitura crítica *derridiana*.

Essa “perspectiva enunciativa” (Teixeira, 2013: 82) nos remete de fato à história, ao presente a viver, à “cena de enunciação” para alterar um pouco um conceito de Maingueneau, proposto por Souza-e-Silva em artigo na Revista *Letras de Hoje* (Souza-e-Silva, 2014: 283-284). Ergologicamente falando, vemos a enunciação como esse momento de explicação do corpo-si com ele mesmo, em que ele procura sintetizar sua tentativa de tratar o inédito da situação, momento da *usinagem* de um sentido, esforço da *aderência* ao *irrepetível* de seu encontro a viver. Podemos ler sobre esse ponto a notável contribuição de Christine Castejon, no número da *Letras de Hoje* (Castejon, 2014).

A segunda dimensão concerne à imanência do engajamento em valor que está em todo agir. Ponto essencial para a abordagem ergológica: se todo agir só é inteligível a partir desses debates de normas, todo ato supõe escolhas, toda renormalização requer preferências, privilegiar o que vale mais. E esse *vale mais*, mesmo ligado ao ínfimo do menor ato de trabalho, convoca, incluído no invisível e no infinitesimal, uma tomada de posição sobre um mundo social e humano. Sem tomada de um mundo dos valores sobre esse sujeito, não há agir. A dimensão axiológica da vida é inteiramente imanente a todas nossas experiências. Ora, quando Bakhtin fala de ato ético, ele entende bem, se compreendemos sua tese, que não se trata de um momento axiológico separado dos outros momentos da vida. É a estrutura do acontecimento, como irrepetível, inacabado, que supõe para aceder ao ser um “vínculo valorativo” (Faraco, citado por Di Fanti): o agir supõe um sujeito que valoriza. “Para compreender um objeto, é necessário que o contemplador compreenda seu dever em relação a ele, a atitude ou posição a ser tomada em relação a ele [...] o sujeito é um centro de valor em relação”. Na sua singularidade, sua incompletude, sua finitude, o ato requer uma dimensão valorativa para se instituir como acontecimento, “historicidade singular que se manifesta de forma irrepetível como enunciado concreto” (Di Fanti, 2013: 32). Se antes de servir para comunicar, “a linguagem serve para viver”, “a linguagem ensina a própria definição de homem”, diz ainda Benveniste, citado por Teixeira (2013: 81-82).

A enunciação é então um engajamento. Mas quem se engaja? Nossos linguistas reivindicam todos, pelo menos Bakhtin e Benveniste, que se considere o *sujeito* em situação. Esse recentramento é a nosso ver central na medida em que é necessário um centro, lugar dos debates de normas. Mas a interface deve ser sem dúvida ampliada na medida em que a abordagem ergológica considera que o núcleo da enunciação, a entidade que trata os debates de normas é antes um sujeito, um corpo-si, como acima mencionado. Assim, Souza-e-Silva desenvolve uma noção proposta por Maingueneau que faz conexão com o ponto precedente: a noção de *ethos* que faz compreender que “a legitimação dos discursos não passa somente pela

articulação dos conteúdos”, mas inclui também uma certa corporalidade do enunciador. “A opção de Maingueneau se manifesta por uma concepção mais ‘encarnada’ do ethos que recobre não apenas a dimensão verbal, mas também características físicas (corporalidade) e psíquicas [...]” (Souza-e-Silva, 2014: 284). E no mesmo número da Revista *Letras de Hoje*, lemos com o maior interesse a contribuição original de Ana Raquel Motta: cantar não é um vício da cigarra, se opondo às preocupações industriais da formiga. Se é essa entidade enigmática que é o corpo-si que opera as renormalizações, então os cantos ou as danças não podem ser separados. “Meu ponto central tem sido mostrar que, junto à renormalização, e em muitas situações, propiciando-a e/ou fortalecendo-a, a música e a dança têm papel fundamental no trabalho” (Motta, 2014: 292). Assim, afirma Motta, e ela certamente tem razão, “a linguagem do/no trabalho é também musical”. E para mencionar o exemplo do trabalho em uma casa de farinha de mandioca, “vemos unidos e integrados diferentes aspectos de corpos-si que tomam a decisão sobre a boa mandioca, corpos-si que mantêm viva a memória sobre a ralagem manual, corpos-si que descascam e torram a mandioca e corpos-si que cantam e tocam” (Motta, 2014: 295-296).

Enfim, notemos igualmente esse ponto de convergência essencial a ser aprofundado: se o ato é irrepetível, então o conteúdo sempre realocado dos debates de normas e então as renormalizações têm ontologicamente uma dimensão inantecipável.

É a retomada por Teixeira do tema de Canguilhem das *matérias estrangeiras*⁵, que, de qualquer modo, com a escolha da palavra *problema* como *modo de pensar*, Benveniste teria validado: A recusa de se “desviar da matéria estrangeira” seria para Benveniste “uma escolha para tratar do fenômeno da linguagem sem querer aprisioná-lo e reduzi-lo ao que a razão ‘suporta’: é um encontro do homem com seu limite, ele deve reconhecer no seu objeto uma dimensão enigmática e até mesmo inacessível à racionalidade” (Teixeira, 2013: 81). Souza-e-Silva assume conosco a ideia de que o essencial da atividade de trabalho “não se vê”, insiste em *Letras de Hoje* sobre o “paradigma indiciário”, como a obrigação à observação detalhada, meticulosa e rigorosa da atividade humana, como em medicina, “o estudo detalhado de alguns sintomas aparentemente superficiais” (Souza-e-Silva, 2014: 288-289).

⁵ Recuperamos esse propósito bem conhecido de G. Canguilhem na Introdução do *Normal et le Pathologique* : “A filosofia é uma reflexão para quem toda matéria estrangeira é boa, e diríamos de bom grado para quem toda boa matéria deve ser estrangeira” (1966 : 7).

3. A PSICANÁLISE

Essa exigência de compatibilidade entre nossa hipótese sobre a atividade humana e o modo de tratar a linguagem, essa convidada maior de toda atividade, é aqui particularmente positiva. Ela cria uma interface que enriquece uns e outros. E ela nos conduz a uma outra das duas interfaces que evocamos rapidamente para terminar. Desde que o corpo-si, entidade enigmática a nós-mesmos, é convocado em toda atividade, como dizia Teixeira, apaixonada também pela psicanálise, o estrangeirismo dessa matéria (estrangeira) é também uma remissão ao “saber que não sabemos, o saber não verbalizado que decorre do fato de considerar o ‘eu’ como não sendo ‘proprietário’ de sua própria casa” (Teixeira, 2013: 85). E a palavra *sintoma*, empregada por Souza-e-Silva, nos remete também, via Lacan, ao que nós exprimimos sem que nós mesmos dominemos nossa “própria casa”.

Expliquemo-nos brevemente.

Se é convocado o corpo-si em todo agir, é necessário então admitir dois novos convidados, não forçosamente fáceis de receber, pouco ou não dispostos a refletir sobre as compatibilidades entre o conceito de dramáticas de uso do corpo-si e suas bases de abordagem do humano: a psicanálise e as neurociências. Dois convidados ao trabalho sobre uma dupla penumbra, um duplo inconsciente que se infiltra em todo agir humano.

Seja o primeiro inconsciente, o da psicanálise. Problema para a ergologia: como, na produção das renormalizações, não apagar que elas são sempre o fato de humanos *singulares*? Como integrar aí um inconsciente ligado ao corpo desejante, à história da pessoa, à pesquisa sempre dedicada ao fracasso de uma plenitude de si mesmo na linguagem (Teixeira, mais acima: o eu não é “proprietário” de sua própria casa)? Um inconsciente que não impediria a inovação de cada corpo-si na sua relação com os outros, com o elo social? Um inconsciente que se articularia às outras dimensões do corpo-si e não conteria, portanto, a pessoa na repetição, o gozo mortífero, o remoer de uma ordem simbólica ao qual ele seria submisso? Um inconsciente então jamais colocado entre parênteses, mas que deixaria a cada um uma disponibilidade ao que chamamos os *encontros de encontros* de todo agir humano e principalmente os encontros do trabalho, disponibilidade à invenção, às renormalizações a negociar coletivamente.

É o objeto de um belo trabalho, de uma tese defendida por um jovem psicanalista brasileiro, Admardo Gomes Júnior, em Belo Horizonte, em agosto de 2013: *O uso de si e o saber fazer com o sintoma do trabalho*. Ele refaz a história do conceito de sintoma, através de Freud e, sobretudo, de Lacan, e analisa nesse percurso o que entende ser uma desconexão

parcial entre a noção de sintoma e a de disfuncionamento; o sintoma, ligado ao corpo, tem também uma dimensão funcional, forma de que cada um goza de seu inconsciente.

Esse gozo ambivalente supõe, diz o autor, um verdadeiro trabalho, trabalho de ligação entre o real, o imaginário e o simbólico, para usar termos lacanianos. Ele distingue a Lei, a ordem do simbólico, o Outro e a causa, que instaura contingência, portanto, escolha, responsabilidade, ética, no *fazer com*, no *uso* de seu sintoma. E é aí que o *fazer com* pode se articular com as renormalizações do agir, de que fala a ergologia. As normas antecedentes da abordagem ergológica têm, sem dúvida, algo a ver com a Lei, que o sintoma tenta retrabalhar permanentemente para evitar, se possível, o gozo mais mortífero.

Aproximação extremamente estimulante, até mesmo se frequentemente muito difícil de compreender entre *saber fazer com seu sintoma* e *uso de si por si*. Citaremos alguns trechos desse trabalho, que sintetizam perfeitamente essa tentativa de interface fecunda entre abordagem ergológica e psicanálise:

Se o paciente se queixa de um saber fazer articulado ao trabalho, podemos nos questionar se o “saber fazer no trabalho” não se distingue de um “saber fazer com o trabalho”, no mesmo sentido de que o sujeito pode saber fazer no sintoma e não com ele. Se há no “saber fazer com” uma dimensão de invenção, de criação, de dar uma nova função a algo que já existia e que marca a singularidade de cada um, este *savoir y faire* se faz presente também na instância do trabalho de cada um. Se tomarmos a noção de uso de si e o pensarmos sob o prisma de um “saber fazer com o sintoma no trabalho”, somos conduzidos a concluir que o uso de si será tanto mais por si, quanto mais o sujeito conseguir alocar na dimensão do laço social (que o trabalho implica) seu ponto mais singular de rotina e de invenção com seu sintoma, ou seja, daquilo que de mais singular ele sabe fazer com seu modo de gozo aí. Um saber que é da ordem do uso, do fazer, de dar função e que diz da maneira de cada um lidar com o que na vida só quer morrer (Gomes Júnior, 2013: 38-39).

Se o sintoma é um sintoma que amarra os registros do real, simbólico e imaginário de forma singular e se o saber que interessa neste campo é um saber usar este sintoma, saber fazer aí com ele, o saber que aí se produz não é da ordem puramente do sentido, do pensamento, da racionalidade. Ele é uso, é emprego, é fazer com, é por fim atividade. Não é que não possa ser aprendido, mas é que não se deixa apreender no formalismo do ensino, nos programas disciplinares, nas prescrições do trabalho, nas sugestões terapêuticas, etc. Não é um saber da racionalidade orientada pelos conceitos, mas pela dialética destes com a atividade da vida (Gomes Júnior, 2013: 163).

Um conceito amplamente compartilhado de atividade pode então prometer um verdadeiro desenvolvimento de interface produtivo.

4. NEUROCIÊNCIAS

Um segundo tipo de inconsciente que se infiltra em todas as dimensões da consciência, um novo convidado com quem dialogar é o objeto que a psicologia cognitiva e as neurociências

estudam. Quais estruturas psicológicas e sobretudo cerebrais podem abrigar esse difícil conceito de debate de normas?

a) Não há um, mas uma *multiplicidade* de debates de normas que se encadeiam ou que se encaixam, como dissemos anteriormente: debates que se inscrevem em esferas temporais, em instâncias de normalização as mais englobantes como as normas jurídicas aos mais curtos termos como o são as prescrições do trabalho. E ao mesmo tempo, todos os níveis em que nosso agir está implicado, muscular, nervoso, cerebral... são convocados para transformar esses debates em escolha de agir, em renormalizações visíveis, sensíveis.

b) A unidade, a coerência desses múltiplos debates é exigida se queremos viver na unidade nosso destino cotidiano. A coerência jamais ganha. Podemos dizer um *eu te amo* desmentido pelas crispções do rosto, por gestos rígidos... Portanto, transversal a nosso corpo-si, um centro organizador deve recolher todas as informações pertinentes estocadas em todos os níveis da memória para possibilitar uma colocação em sinergia das diversas renormalizações em todos os níveis desse corpo-si.

c) Mas essa coletânea só pode ser, a partir de milhares de informações possíveis, uma severa seleção feita em função de um processo de *valorização*. A atenção e a chamada à memória nunca podem ser neutras. Um debate de normas só pode ser estabelecido em função de valores; as renormalizações em todos os níveis do corpo-si são escolhas. Esse centro organizador deve então ser – tentar ser – um centro de hierarquização dos valores. Ele deve tentar pôr em sinergia no seio de um *projeto* de vida comum essas diferentes valorizações, todas mais ou menos ajustadas àquilo que está em jogo nesses debates de normas encaixadas e, portanto, ser capaz de mobilizar saberes e valores dos mais próximos da situação a saberes e valores os mais desconectados, os mais em *desaderência* em relação a ela.

Quais compatibilidades? Quais interfaces possíveis com as disciplinas que trabalham nesse terreno?

Fomos, inicialmente, investigar, com a ajuda do trabalho original do jovem Théo Simon (2015), os estudos sobre a memória de trabalho, particularmente do inglês Alan Baddeley (desde 1974). À pesquisa de um espaço de projeto ligando o passado, o presente e o futuro, encontramos elementos positivos com estruturas que permitem escolher, selecionar imagens vocais, mentais, regulação do controle da atenção para ligar, via o que ele chamava o *repositório episódico*, memória de trabalho e memória de longo prazo e assim podendo unificar o agir. Havia também limites, notadamente a ausência de múltiplas dimensões daquilo que se chamou o corpo-si.

Muito mais promissoras nos pareceram as pesquisas em neurociências em torno de Stanislas Dehaene e Lionel Naccache promotores de *o espaço global de trabalho* ou o GNW (global neuronal work).⁶ Os progressos na neuroanatomia funcional permitiram identificar células neurais gigantes, redes neuronais a bem longa distância, ligados todos a uma região do córtex pré-frontal e dorsoparietal. O que permite identificar um centro de recepção e de decisão, e definir a consciência como *um embrasamento cerebral*, como uma *coalizão neuronal vencedora*, que segue a uma competição feroz para o acesso das informações nesse centro. Esse espaço global de trabalho pode ser considerado como o lugar onde são selecionados, ampliados, propagados os pensamentos mais pertinentes da pessoa. Ele permite a manutenção, a reorientação à vontade de operações mentais, portanto a desconexão relativa, a desaderência parcial em relação às solicitações do meio.

Para resumir de modo necessariamente simplista, esse espaço global de trabalho parece compatível com as hipóteses sobre os debates de normas do corpo-si:

- seus neurônios gigantes irrigam o GNW com milhões de informações vindas de todos os níveis do corpo-si;

- esse centro como espaço de estreitamento dessa massa de mensagens selecionadas por um processo impiedoso de valorização-seleção é por isso mesmo um operador de sinergia das escolhas operadas em todos os níveis;

- é um centro de *trabalho* sobre esses dados que permite uma relativa independência em relação ao meio e, portanto, autoriza o conceito ergológico de renormalização.

Certamente, restariam muitos pontos obscuros a serem interrogados sobre esses campos por si próprios tão complicados. Como assim integrar nesse modelo os *protodebates de normas* que atravessam nossa gestualidade, nosso uso de si na enunciação? Já que a seleção é um ponto essencial de acesso à consciência, como pensar esse vai-e-vem entre valores relativamente universais (justiça, igualdade, solidariedade...) que chamamos *sem dimensão* (não métricos, não verdadeiramente isoláveis uns dos outros) e sua declinação, seu *dimensionamento* local, como critério de seleção e de decisão no agir aqui e agora?

Eis algumas interfaces impostas a uma antropologia da atividade humana, preocupada em respeitar a humanidade no homem (e a mulher).

⁶ Ver *Le code de la conscience*, de S. Dehaene (2014).

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

1. BALIBAR, Etienne. *Citoyen sujet et autres essais d'anthropologie philosophique*. Paris: Presses Universitaires de France, 2011.
2. CANGUILHEM, Georges. *Le normal et le Pathologique*. Paris: Presses Universitaires de France, 1966.
3. CASTEJON, Christine. L'ergonome et l'agent: quand la perspective ergologique s'invite. *Letras de Hoje*, PUCRS, Porto Alegre, v. 49, n. 3, 2014.
4. CASTEJON, Christine. *L'oubli du langage*. Toulouse: Octarès Editions, à paraître sous version électronique.
5. DEHAENE, Stanislas. *Le code de la conscience*. Paris: Editions Odile Jacob, 2014.
6. DI FANTI, Maria da Glória Corrêa. Perspective dialogique et approche ergologique: (inter)faces de la relation Langage Travail. *Ergologia*, n. 9, 2013.
7. DURRIVE, Louis. *L'expérience des normes, comprendre l'activité humaine avec la démarche ergologique*. Toulouse: Octarès Editions, 2015.
8. GOMES JÚNIOR, Admardo. *O uso de si e o saber fazer com o sintoma do trabalho*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais, sob a orientação de Daisy Cunha e Yves Schwartz. Belo Horizonte, 2013.
9. MOTTA, Ana Raquel. Muito além da cigarra e da formiga. *Letras de Hoje*, PUCRS, Porto Alegre, v. 49, n. 3, 2014.
10. SIMON, Théo. *Un espace de projet dans un corps-soi. Apports des psychologies cognitives et des neurosciences*. Mémoire de Master d'Ergologie. Aix-Marseille Université, Institut d'Ergologie, 2015.
11. SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília; MOTTA, Ana Raquel. Le langage et le travail. Rapprochements entre l'approche ergologique et les études du langage. *Ergologia*, n. 9, 2013.
12. SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília. A interface estudos discursivos e estudos ergológicos. *Letras de Hoje*, PUCRS, Porto Alegre, v. 49, n. 3, 2014.
13. TEIXEIRA, Marlene. Un lieu épistémologique pour l'analyse de la subjectivité dans l'activité de travail. *Ergologia*, n. 9, 2013.

ABSTRACT: This paper briefly presents ergology and indicates the ways in which it demands pluridisciplinary confrontations to legitimize its hypotheses. The confrontations evoked contemplate: a) the ergonomics of activity – describing the connections between prescribed work/real work and human activity as a constant renegotiation of prior norms; b) the language sciences – describing the connections between the renormalization of activity, which are always updating and personalizing the prior and linguistic norms of the act, utterance, embodied speaker; c) psychoanalysis – describing the connections between the notion of use of self from ergology and the reworking by Lacan of the notion of symptom, with his expression “to make do with one’s symptom”; d) the neurosciences – describing the connections between the notion of “global workspace” and the synergetic process that makes it possible for the renormalizations to come into effect.

Keywords: ergology; pluridisciplinary confrontations, four examples.